

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.578 - PE (2019/0230604-4)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : FABIO LUIS SOARES**  
**RECORRENTE : MANOEL ANTONIO SOARES**  
**RECORRENTE : TEREZINHA SOARES FLORES**  
**RECORRENTE : VERA LUCIA SOARES FEIJO**  
**RECORRENTE : JUREMA VIANA DE LIMA**  
**ADVOGADOS : ALESSANDRO MEDEIROS - SC011200**  
**ROGER HONÓRIO MEREGALLI DA SILVA - DF040866**  
**DONALDO BENTO DE SOUZA JUNIOR E OUTRO(S) -**  
**DF041655**  
**RECORRIDO : UNIÃO**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Fábio Luis Soares e outros** com fundamento no art. 105, III, *a* da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 236):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO NO NOVO CPC. Os Recursos são definidos pela natureza do ato judicial: Sentença, Decisão Interlocutória ou Despacho. O Agravo de Instrumento, no Código de Processo Civil de 2015, consiste no Recurso que tem por Objeto a Relação Jurídica sobre Decisão Interlocutória, envolvendo tutelas distintas sobre duas situações jurídicas processuais: a Evidência e a Urgência. Não estão dissociadas na Finalidade ou Função do Recurso estritamente definido.*

*EVIDÊNCIA. Consiste na Situação Jurídica derivada da Relação Jurídica projetando a Pretensão à obtenção do dever jurídico, buscado pela Parte diante de Ato Jurídico Processual, e exposto no conjunto ou variedade de atos confluentes da Lide, da Causa, da Demanda ou dos Pressupostos Processuais. A Interlocução própria da Jurisdição é o princípio a estabelecer diretriz do Processo ou do Recurso, porquanto a Ação é proposta e o Recurso interposto, na dicção precisa de Pontes de Miranda. Os pressupostos Processuais e as Condições da Ação são elementos considerados, em cada etapa ou fase, com Atos Processuais, quando não incorrem, em cada caso, no exame dos Atos meramente ordinatórios, nos simples Despachos. Ou, nas hipóteses terminativas encerrando literalmente a Prestação Jurisdicional de Mérito com a Sentença, e/ou com a Execução.*

*URGÊNCIA. Como poder-dever cautelar busca no exame da situação, de ato ou fato jurídico, realçar a utilidade da Jurisdição de modo Imediato, a realização do Direito Objetivo e, de modo Mediato, o Direto subjetivo buscado no Pedido*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*intercorrente para obtenção do Dever Jurídico; a Obrigação de quem de Direito. A Urgência está atinada sempre à Evidência.*

*A Legislação dispõe que os valores não recebidos em vida pelos titulares, em razão de cargo ou emprego, serão pagos a seus dependentes habilitados perante a Previdência Social, ou, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil.*

*Agravo de Instrumento desprovido.*

A parte recorrente aponta violação aos arts. 1.829, 1.845 e 1.784, do CC/2002 e 1º da Lei nº 6.858/90, sustentando que *o crédito advindo de valores, à época sonegados ao servidor público têm natureza de herança a qual compreende todos os direitos que não se extinguem com a morte ou que não se concebem desligados da pessoa do de cujus* (fls. 266/267). Defende que o recebimento de diferenças pecuniárias anteriores ao óbito do servidor constitui crédito que integra o acervo hereditário, devendo ser deferida a habilitação não só dos herdeiros legais perante a Previdência Social, mas também daqueles que desfrutaram desta condição perante a lei civil. Colaciona julgados em apoio à sua tese.

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

O Tribunal de origem manteve a decisão que homologou apenas a habilitação da companheira do servidor falecido, sob a seguinte fundamentação (fls. 235/236):

*O artigo 1º, da Lei nº 6.858/80, e os artigos 1º e 2º, do Decreto nº 85.845/81, dispõem que os valores não recebidos em vida pelos titulares, em razão de cargo ou emprego, serão pagos a seus dependentes habilitados perante a Previdência Social, ou, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil.*

*Lei nº 6.858/80*

*Art. 1º Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos, em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Decreto nº 85.845/81*

*Art . 1º Os valores discriminados no parágrafo único deste artigo, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos seus dependentes habilitados na forma do artigo 2º.*

*Parágrafo Único. O disposto neste Decreto aplica-se aos seguintes valores:*

*I - quantias devidas a qualquer título pelos empregadores a seus empregados, em decorrência de relação de emprego;*

*II - quaisquer valores devidos, em razão de cargo ou emprego, pela União, Estado, Distrito Federal, Territórios, Municípios e suas autarquias, aos respectivos servidores;*

*III - saldos das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS/PASEP;*

*IV - restituições relativas ao imposto de renda e demais tributos recolhidos por pessoas físicas;*

*V - saldos de contas bancárias, saldos de cadernetas de poupança e saldos de contas de fundos de investimento, desde que não ultrapassem o valor de 500 (quinhentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário.*

*Art . 2º A condição de dependente habilitado será declarada em documento fornecido pela instituição de Previdência ou se for o caso, pelo órgão encarregado, na forma da legislação própria, do processamento do benefício por morte.*

*Dessa forma, adoto como razão de decidir os constantes da Decisão Agravada, com os Fundamentos quais compartilho:*

*(...) A habilitação dos pretensos sucessores é a medida que se ultima, pois o direito aplicável, adiante exposto, exige apenas a comprovação de quem são os beneficiários previdenciários do sucedido, o que foi cumprido, como a seguir demonstrado. Sabe-se que a - também aplicável na instância Lei nº 6.858/80 judicial: art. 666 do CPC - disciplina o pagamento de valores que deixaram de ser recebidos em vida definindo quais os legitimados ao recebimento de tais créditos em lugar do falecido pelos seus titulares, credor: são as pessoas que figurarem como seus dependentes perante a Previdência Social ou na forma dos servidores civis e militares, e, na sua falta, os sucessores previstos na lei da legislação específica civil,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*indicados em alvará judicial, independente de inventário ou arrolamento (art. 1.º da lei). Tal diploma legal foi regulamentado pelo Decreto n.º 85.845/81, o qual especifica, em seu art. 1.º, parágrafo único, II, que os valores devidos, em razão de cargo ou emprego, pela Administração Pública aos seus servidores pertencerão aos beneficiários de pensão pela morte do sucedido. O referido comando legal alcança a situação aqui versada, vez que na ação principal (processo n.º 0002762-47.1997.4.05.8300) a União foi condenada a pagar as diferenças de pagamento da Retribuição Adicional Variável - RAV, no percentual de 30% sobre a atribuída aos AFTNs, de fevereiro/1993 a janeiro/1995, aos servidores. Nesse teor, apenas na falta do dependente habilitado à pensão por morte aplica-se a lei civil. Há de se dar eficácia à lei específica, que indica, expressamente, a quem serão pagos os valores não recebidos em vida pelo segurado, alcançando o crédito da presente causa. Como o crédito do extinto é decorrente de relação de trabalho que manteve com a União, e como não há outros dependentes previdenciários além (id. 1220240), sendo de Jurema Viana de Lima e Nair Rossi Soares esta última morta (id. 2811850), cujos filhos, em comum com o extinto, querem aqui supervenientemente em 16.10.2016 sucedê-la, estes se habilitaram para sucedê-lo. Portanto, o art. 666 do CPC, ao mencionar a Lei n.º 6858/80, afastando a incidência das regras sucessórias do código civil, fez prevalecer o bom senso nela : consagrado se o sucedido tem beneficiários previdenciários é até axiomático admitir que se vivo fosse , tendo, por isso, idêntica direcionaria seus rendimentos à subsistência de quem dele depende destinação o crédito pelo extinto. (...)*

*Com efeito, a sucessão processual deve se limitar à única dependente habilitada à Pensão por Morte do instituidor, qual seja, Jurema Viana de Lima.*

Ocorre que, ao assim decidir a instância ordinária se afastou da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, que proclama a legitimidade dos herdeiros para pleitearem direitos transmitidos pelo falecido antes mesmo de inaugurado o inventário, considerando, ainda, que a Lei n.º 6.858/80 somente se aplica à via administrativa.

Confiram-se os precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1º DA LEI 6.858/1980 E 1º, II, DO DECRETO 85.845/1984.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**SÚMULA 211/STJ. REAJUSTE DE 28,86%. VIÚVA PENSIONISTA. IMPLEMENTAÇÃO DE DIFERENÇAS SALARIAIS DESDE A DATA DA IMPLANTAÇÃO DA PENSÃO. PARCELAS ANTERIORES AO ÓBITO. LEGITIMIDADE DO ESPÓLIO.**

1. O STJ entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por contrariados (arts 1º da Lei 6.858/1980 e 1º, II, do Decreto 85.845/1984) não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

2. Em conformidade com a orientação remansosa do STJ, caberia à parte, nas razões do seu Recurso Especial, alegar violação do artigo 535 do CPC, a fim de que o STJ pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado, o que não foi feito.

3. Ademais, é assente no STJ o entendimento de que os cálculos devem ser limitados à data do óbito do servidor, porquanto o direito à determinada vantagem remuneratória, incorporável ao patrimônio do de cujus e passível de ser transferido ao espólio, está limitado ao óbito do servidor; pois, a partir desse momento, surge o direito ao benefício da pensão por morte para o pensionista, sendo certo que os valores devidos a título de pensão não integram a herança, de modo a serem transferidos ao espólio.

4. Assim, o recebimento de diferenças pecuniárias anteriores ao óbito constitui crédito que integra o acervo hereditário, sendo certo que a existência de herdeiros necessários do servidor afasta a presunção de que seria a autora viúva a primeira a sucedê-lo na ordem de vocação hereditária.

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1633598/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 18/04/2017).

**RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. LEI 8.622 E 8.627 DE 1993. MEDIDA PROVISÓRIA 1704-2 DE 1998. DIFERENÇAS SALARIAIS. FALECIMENTO DO TITULAR. INVENTÁRIO E PARTILHA. LEI 6858/80, § 1º. NÃO APLICAÇÃO. CITAÇÃO DA BENEFICIÁRIA DA PENSÃO.**

**NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.**

1. A Lei 6858/80, regulamentada pelo Decreto 85.845/81, destina-se a permitir o rápido acesso a quantias contemporâneas ao óbito, de reduzido montante, notadamente às verbas salariais remanescentes do mês de falecimento do empregado ou do servidor público, e às decorrentes do fim abrupto da relação de trabalho ou do vínculo estatutário, necessárias à sobrevivência

*imediate de seus dependentes.*

*2. Os atrasados oriundos de diferenças salariais correspondentes ao reajuste de 28,86% concedido aos servidores públicos federais pelas Leis 8.622 e 8.627, ambas de 1993 e Medida Provisória 1704-2, de 1998, não recebidos em vida pelo titular, devem ser incluídos no inventário e submetidos à partilha entre os herdeiros, da mesma forma como ocorre com as verbas rescisórias obtidas em reclamação trabalhista, não tendo aplicação, nesses casos, a fórmula concebida pela Lei 6858/80.*

*3. Recurso especial a que se nega provimento.*

**(REsp 1155832/PB**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 15/08/2014).

**PROCESSUAL CIVIL. DIFERENÇAS SALARIAIS. EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER (IMPLEMENTAÇÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO, EMITIDA EM FAVOR DE PENSIONISTA). ILEGITIMIDADE ATIVA DO ESPÓLIO.**

*1. Controverte-se a respeito da legitimidade ativa para promover a Execução de obrigação de fazer, consistente na implementação das diferenças salariais em folha de pagamento.*

*2. In casu, o servidor beneficiário dos reajustes faleceu no curso da Ação Coletiva, razão pela qual a Execução Individual foi promovida pelo espólio.*

*3. O ajuizamento da Execução do Título Judicial ocorreu quando havia pensão percebida pela Sra. Neusa Fernandes Carvalho, de modo que, conforme mencionado pelo recorrente, há duas situações: a) os efeitos econômicos presentes e futuros - que incidem sobre a pensão de que esta é titular - somente poderão ser discutidos/pleiteados por ela (pois a pensão não é paga em favor do espólio); e b) os efeitos pretéritos (atrasados), por terem sido incorporados no patrimônio do de cujus, poderão ser legitimamente pleiteados pelo respectivo espólio.*

*4. Como os Embargos do Devedor, ajuizados pela autarquia federal, versam exclusivamente sobre a legitimidade ativa para execução da obrigação de fazer (implementação das diferenças salariais na pensão por morte), merece acolhida a pretensão recursal.*

*5. Recurso Especial provido.*

**(REsp 1344628/RS**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 31/10/2012).

**PROCESSUAL CIVIL – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO – REPETIÇÃO DE INDÉBITO – MORTE DO TITULAR DO DIREITO – REPRESENTAÇÃO DO ESPÓLIO EM JUÍZO – LEI 6.858/80.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. A Lei 6.858/80, ao exigir a apresentação da certidão de habilitação dos herdeiros na Previdência Social para pleitear levantamento de valores não recebidos em vida pelo de cujus, somente se aplica à via administrativa.

2. Considera-se regular a representação ativa do espólio quando a viúva e todos os herdeiros se habilitam pessoalmente em juízo, independentemente de nomeação de inventariante quando o inventário já tenha se encerrado ou não exista.

3. Recurso especial improvido.

(REsp 554.529/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2005, DJ 15/08/2005, p. 242)

**MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMAÇÃO DOS HERDEIROS POR DIREITO TRANSMISSÍVEL, ATÉ A NOMEAÇÃO DO INVENTARIANTE. EXTINÇÃO PREMATURA DO PROCESSO.**

[...]

3. Os herdeiros são partes legítimas para pleitearem direitos transmissíveis, pelo de cujus, até que, inaugurado o inventário, um deles assuma a inventariança.

4. Ressoa injusto que o direito fique relegado à deriva, por força de mera formalidade, havendo titulares aos quais correspondem, meios judiciais de tutela dos direitos transmissíveis mortis causa.

[...]

6. Recurso provido.

(RMS 15.377/RN, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 16/02/2004, p. 203).

**DIREITO ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 34 DO DECRETO-LEI N. 3365/41. OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE DO ESPÓLIO DO DE CUJUS PARA LEVANTAMENTO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. OPOSIÇÃO AO LEVANTAMENTO PELO EXPROPRIANTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE.**

Ao espólio assiste o direito ao levantamento do valor depositado a título de indenização pelo bem expropriado, para que, posteriormente, nos autos do inventário, se proceda a partilha em favor dos herdeiros.

[...]

Recurso provido. Decisão unânime.

(REsp 136.434/SP, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, DJ 09/04/2001, p. 337).

Nessa linha de raciocínio, vejam-se as seguintes decisões proferidas monocraticamente: **AResp 1185547/RJ**, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 16/11/2017;

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AResp 282.134/PE**, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 9/8/2013.

**ANTE O EXPOSTO**, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

